

[NOTAS]

A organização B-Lab foi criada para oferecer a esses investidores um padrão para reconhecer e avaliar essas “empresas benfeitoras” (*benefit corporations*). A B-Lab desenvolveu o Global Impact Investing Rating System (GIIRS), um sistema de avaliação que abrange cinco aspectos: responsabilidade corporativa, empregados, consumidores, comunidade e meio ambiente. O sistema oferece uma pontuação até 200, permitindo aos investidores analisarem o nível de impacto positivo das empresas.

A partir de 80 pontos, elas podem se candidatar à certificação B-Corp, um selo que serve para orientar também os consumidores. Mais de 500 empresas possuem a certificação B-Corp, mais de 90% delas nos Estados Unidos. A maioria são pequenas e médias empresas que, juntas, somam uma receita de US\$ 3,11

bilhões. Surgido em 2006, o movimento está em expansão pelo continente. No ano início deste ano, foi inaugurado no Chile o escritório do Sistema B, um braço da B-Corp na América Latina. Já existem empresas em avaliação também na Argentina e Colômbia, e a meta é certificar 500 negócios nos próximos três anos. Mais em sistemab.org e bcorporation.net. **POR GISELE NEULS**

[CERTIFICAÇÃO II] O BRASIL REPRESENTADO

A crescente economia do Brasil não está de fora desse movimento de expansão da certificação B-Corp. Com 80,8 pontos obtidos no GIIRS, a Ouro Verde Amazônia, do Grupo Orsa, é a primeira brasileira a receber um certificado. O diretor da empresa, Luis Fernando Laranja da Fonseca, conheceu a certificação em Nova York no ano

passado, quando participou de um evento do New Ventures – uma iniciativa de apoio a empreendedores ambientais do World Resources Institute (WRI).

A Ouro Verde produz e comercializa produtos feitos à base de castanha do Brasil. Como toda empresa, tem no lucro o seu combustível, mas sua preocupação com a conservação da floresta e a valorização dos coletores de castanha tem igual peso na gestão. Laranja diz que a certificação B-Corp se diferencia de outros selos de responsabilidade corporativa porque procura empresas para as quais o benefício socioambiental é tão importante quanto o sucesso do negócio. “É diferente de dizer ‘eu tenho um negócio e me preocupo com impactos que gero’. Nossa empresa é fundada no princípio de que o nosso negócio vai ajudar a sociedade sem abrir

[DIREITOS INDÍGENAS]

Carta contra a **exploração**

No fim de abril, a empresa Georadar iniciou as buscas por reservas de gás natural e petróleo no Vale do Juruá, no Acre. A população indígena da região, no entanto, desaprovou a novidade. Eles publicaram uma carta apontando que seus direitos estão ameaçados e que não foram ouvidos antes do início dos estudos.

O documento é assinado por representantes de nove povos, quatro associações e 12 terras indígenas (TI) e é dirigido à Agência Nacional de Petróleo (ANP), ao Governo do Estado do Acre e à Georadar. Como base de defesa, estão trechos da Constituição Federal que reconhecem aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. A pesquisa e a exploração de recursos hídricos nessas áreas, incluindo os potenciais energéticos, só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional e depois de as comunidades serem consultadas.

Parte do processo dos estudos de prospecção será feito com perfurações de quatro metros de profundidade no solo. Lá serão colocados explosivos que emitem ondas sísmicas e mostram locais com potencial de exploração. Segundo a carta, o mapa da Georadar mostra que essas ondas sísmicas estarão próximas às Terras Indígenas Campinas-Katukina, Poyanawa, Jaminawa do Igarapé Preto, Arara do Igarapé Humaitá e ao Parque Nacional da Serra do Divisor. Isso poderá gerar “impactos ambientais, sociais e culturais, diretos e indiretos, nos territórios, nas populações indígenas e populações tradicionais”, afirmam.

Os signatários também estão preocupados com os cerca de 400 trabalhadores que deverão chegar à região. Os forasteiros devem aumentar a demanda por recursos naturais, a geração de resíduos e ameaçam a limpeza dos rios. Diante de tantos problemas, eles reivindicam o fortalecimento das formas de representação dos povos indígenas, além de benefícios sociais, como a implantação de mais projetos de saúde e educação. Leia no site de [PÁGINA22](http://PAGINA22) a íntegra da carta. **POR**

THAÍS HERRERO

